



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

**ORIENTADORA: PROFA DRA.: LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES
PEREIRA MOURAD**

IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS

KRAUSPENHAR, VICTOR DA SILVA

ACADÊMICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS/UFSM

IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS

Resumo: Através de pesquisa bibliográfica, tendo como referencial a proposta do atual governo do Estado para o Ensino Médio (2011/2014), este texto busca analisar a proposta do ensino médio politécnico no RS e as condições de organização. A proposta do governo se constitui por um ensino médio politécnico que tem por base a articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo, o que demanda uma formação interdisciplinar, tendo como ponto de partida o conteúdo social sendo assim considerar a relação “parte-totalidade”; a valorização de saberes “reconhecendo que o saber popular se constitui no ponto de partida para a produção do conhecimento científico”; a “relação entre teoria e prática”; a “interdisciplinaridade” com o propósito de superar a fragmentação do conhecimento; a “avaliação emancipatória”

Palavras-chave: Ensino Médio, politecnia, trabalho como princípio educativo, professores, organização escolar , avaliação emancipatória .

Introdução

O tema Ensino Médio Politécnico vem chamando a atenção de educadores, alunos, pais e todas as pessoas envolvidas com educação. Temos observados que nos

últimos anos, uma ampliação na preocupação com a questão do ensino médio em torno da problemática que traz esta etapa como sendo que mais desafios enfrenta. Da forma que, vemos à consolidação de novas conquistas para ensino médio, tendo como partida a emenda constitucional nº59(2009) que institucionaliza, como dever do estado com a educação, a garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, sendo assim o ensino médio sendo obrigatório. Mesmo com a conquista em termos de legislação temos que nos preocupar com o que acontece na prática que nos apresenta um cenário preocupante que são as taxas de reprovação e de abandono do ensino médio.

Perante este panorama, o ensino médio enfrenta em seu tempo o grande desafio de fazer se como parte da escolaridade obrigatória para todos os brasileiros, garantindo na prática a permanência dos estudantes, e junto a aprendizagem significativa dos conteúdos e conhecimentos estipulados em cada área disciplinar. Sendo assim, é necessário transpor a ideia que o ensino médio tem como finalidade única de ser etapa meramente preparatória para obter o ingresso no ensino superior que é uma finalidade ainda atribuída ao ensino médio. Mediante a elaboração de propostas curriculares que tenham por finalidade atender os nossos jovens com a ideia de atender as necessidades de preparar os jovens para uma participação crítica e responsável.

Justifica estas propostas mostrando que:

[...] a realidade que se apresenta está a exigir, urgentemente, mudanças e novos paradigmas para o Ensino Médio e para Educação Profissional. A qualidade cidadã da educação está ancorada em três fatores estruturantes: valorização profissional, diretamente relacionada à questão salarial, à carreira e à formação inicial e continuada; reestruturação física da rede estadual de ensino; e reestruturação do currículo da educação básica, em especial o ensino médio. (RS/SE,2011, p.3)

De acordo com o embate de tais desafios, nos últimos anos em âmbito nacional, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Res.MEC/CNE 4/2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Res.MEC/CNE 2/2012).

Essa proposta tem incitado às redes escolares públicas estaduais, principais responsáveis por proporcionar o ensino médio a desenvolver propostas mais harmoniosas com o contexto brasileiro atual. Nesse sentido, a secretaria de educação do estado do Rio Grande do Sul (SEDUC /RS) no período do governo Tarso Genro (gestão 2011-2014), tentando se enquadrar com as exigências propostas pela nova legislação

nacional desenvolveu um processo de implementação da “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014” (RIO GRANDE DO SUL, 2011) em sua Rede Escolar. Atualmente, com a mudança de governo do estado, mantém-se, em princípio, o Ensino Médio Politécnico, embora não haja clareza sobre os rumos que esse processo de implementação da proposta tomará daqui para frente. A implementação metodológica da proposta dado o ensino médio como ensino médio politécnico teve início a partir da manifestação e da apresentação da proposta pela SEDUC/RS outubro/novembro de 2011. Colocasse como parte componente desta etapa de divulgar a proposta a realização de atividades nas escolas estaduais, com a tentativa e objetivo de discutir, com o conjunto de atores escolares, os aspectos característicos da proposta original. Sendo estas atividades, propostas com caráter indicativo e de propositivo, estavam previstas para acontecer entre os meses de outubro e novembro de 2011 e culminaram numa Conferência Estadual do Ensino Médio, realizada em dezembro desse mesmo ano.

Após esse processo de apresentação da proposta para as comunidades escolares, o processo seguiu até a emissão de Parecer (nº156 de 27/01/2012) pelo Conselho Estadual de Educação (CEED/RS), o qual autorizou a implementação da proposta, seguindo sugestão da SEDUC/RS de iniciar essa implementação já no ano letivo de 2012, nas turmas de 1º ano e estendendo-se, no ano de 2013, para as turmas de 2º ano e, em 2014, para todas as turmas de ensino médio, das Escolas da Rede Escolar Pública Estadual do RS. Sendo assim, o início do ano letivo do ano de 2012 nas escolas do RS foi caracterizado por muito questionamentos e pedidos de esclarecimentos por demanda dos grupos escolares que de certa maneira continuarão durante boa parte do ano, devido a insuficiência dos esclarecimentos e das respostas fornecidas nos documentos disponíveis pela SEDUC/RS acerca dos princípios assumidos: *politecnia como princípio organizador do Ensino Médio e trabalho como princípio educativo*.

Na prática, foi proposta uma ampliação da carga horária para o Ensino Médio, passando de 800h (carga horária mínima anual instituída pela LDB) para 1000h anuais. Em termos de carga horária semanal, fixaram-se 30h-a, ao invés das 25h-a antes previstas. Foi proposta, também, uma reorganização curricular, incorporando à formação geral (composta de quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) uma parte diversificada, composta de duas Línguas Estrangeiras Modernas, Ensino Religioso e dos denominados “Seminários

Integrados (SI)”, novo componente que compõe a grade curricular do Ensino Médio com uma carga horária semanal de 3h-a, nos quais se propõe a realização de projetos de pesquisa escolar. Além disso, mudanças na avaliação da aprendizagem dos alunos foram propostas, especificamente, no que se refere à expressão dos resultados do desempenho dos alunos, que passou a ser realizada por conceitos: construção satisfatória, parcial ou restrita da aprendizagem.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica para conceituar e trabalhar os temas (ensino médio e educação básica, politécnia, pesquisa e ensino, políticas públicas (p.p.educacional) A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno (JUNG, 2003).” “A investigação bibliográfica realizada se embasa em pesquisas teóricas em educação, cujas bases estão contidas principalmente em documentos escritos, que se apresentam como a base “para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica” (RUIZ, 2002, p. 58).” Assim, embasado teoricamente em estudos de INEP/MEC– Educacenso –Censo Escolar da Educação Básica (2010), DEPLAN/SEDUC/RS (2011), KUENZER (2007), A LDB/1996, CNE/CEB nº 2/2012, SAVIANI (1989; 1994; 2003; 2007), GRAMSCI (1978), SAUL (1998), UNESCO (2011), BRASIL (2010;2011), MACHADO (1991), Harvey (2013), NOSELLA (2007), RAMOS (2008), é que se construiu o texto desse artigo falando sobre a implementação do ensino médio politécnico no RS.

Os Fundamentos da proposta: o trabalho como princípio educativo e a politécnia:

A proposta basicamente se constitui, conforme o documento, por um ensino médio politécnico que tem por base a articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo, o que demanda uma formação interdisciplinar, tendo como ponto de partida o conteúdo social, “revisitando os conteúdos formais para interferir nas relações sociais e de produção na perspectiva da solidariedade e da valorização da dignidade humana” (RS/SE, 2011, p.5).

A realidade da Educação Básica no Rio Grande do Sul é preocupante como já evidenciamos acima. Outros dados alarmantes são apresentados no próprio documento base da proposta, tais como: escolaridade líquida entre 15 e 17 anos: 53,1%; defasagem

idade-série: 30,5%; 108.995 alunos na faixa entre 15 e 17 anos ainda frequentam o ensino fundamental; abandono: 13%; reprovação: 21,7%.

A Rede Estadual de Ensino no nível médio apresenta: matrícula de 354.509 alunos nos três turnos. Deste total, 21,1% têm idade superior a 17 anos. É preocupante também, a fato de que 84.000 (14,7%) estarem fora da escola na idade própria para o Ensino Médio.

Aponta o documento que, do total de 1.053 escolas, 104 oferecem o Curso Normal no qual atuam 2.016 professores; 156 escolas oferecem Cursos Profissionais onde atuam 2.037 professores e 793 escolas oferecem apenas o Ensino Médio regular no qual atua a maioria do corpo docente da rede estadual, ou seja, de um total de 24.763 professores, 22.747 atuam no Ensino Médio. Nas escolas estaduais do RS ainda é constatado um ensino que se realiza através de uma organização curricular fragmentada, dissociada da realidade sócio-histórica e, portanto, do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos da informação e da comunicação, o que justifica a urgência de uma proposta administrativo-pedagógica que busque a superação deste modelo de modo que:

Errada [...] o conhecimento dialogue com o mundo do trabalho, que interaja com as novas tecnologias, que supere a imobilidade de uma gradeação curricular, a seletividade, a exclusão e que, priorizando o protagonismo do jovem, construa uma efetiva identidade para o Ensino Médio. (RS/SE, 2011, p.7)

Como informa o documento base, no Estado do Rio Grande do Sul, a etapa final da educação básica constitui-se das seguintes organizações curriculares: Ensino Médio Politécnico, Ensino Médio Curso Normal, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, podendo assumir a forma de concomitância externa, e Educação Profissional Técnica de Ensino Médio na forma subsequente e contempla o acesso à escolaridade nas modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação do campo, educação de quilombolas e educação profissional. No presente texto trataremos apenas do Ensino Médio Politécnico.

A LDB/1996 determina que:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art. 22).

Em decorrência, o texto legal apresenta o E. M. como etapa final da educação básica, tendo, entre seus objetivos:

[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina” (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art.35).

Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação por meio da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), assim se posiciona:

O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura como ampliação da formação cultural (CNE/CEB, Resolução nº 04/2010, Art. 26, § 1º).

Como informa o documento base do governo do Estado do RS, o mundo contemporâneo constitui-se por relações sociais e de produção dada forma capitalistas de produção e reprodução com resultantes de caráter excludente, tanto da existência quanto do conhecimento. Nesse arranjo, torna-se imprescindível a reestruturação da educação em todos os níveis e modalidades, tendo em vista o acréscimo das possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e, por essa via, o acesso aos direitos básicos da cidadania. Isto estabelece uma organização curricular que considere, ao mesmo tempo, as dimensões da formação humana e dimensões da ciência e da técnica, de modo a romper com a histórica dualidade que separa a formação geral da preparação para o trabalho. Isto implica em ter o trabalho como princípio educativo de modo que o cidadão entenda

[...] o trabalho como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram a sua sobrevivência. Implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizando a convivência, transformam a natureza construindo a sociedade e fazem história. Tomar o trabalho, assim concebido, como princípio educativo, implica em compreender as necessidades de formação de dirigentes e trabalhadores que caracterizam as formas de organização e gestão da vida social e produtiva em cada época. (RS/SE, 2011, p.15)

No conceito do trabalho como princípio educativo não competem organizações de cunho taylorista/fordista por se concebe configurados como trabalho setorizado, fragmentado, constituído na memorização e na reprodução de conhecimentos

descontextualizados, tanto na educação geral quanto na profissional. Saviani (1989; 1994; 2003; 2007) resume com lucidez a história dessa complicada relação. Esse autor situa a origem da educação num momento que coincide com a própria origem do homem, ou seja, no momento em que, como espécie, nos distinguimos dos animais, no sentido de atuar sobre a natureza, modificando-a para adaptá-la às nossas necessidades, ao invés de, como fazem os animais, que se adaptam à natureza. Fazer isso, agir, intencionalmente, sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas, é ajustar a natureza às finalidades humanas e suas vontades, é o que se faz pelo trabalho. "Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la" (SAVIANI, 2003, p.133).

Isto indica que conforme as mudanças dadas no mundo do trabalho trazem novas demandas para a aprendizagem e a educação de modo que a escola se organize para cumprir sua função principal de obrigação e direito que é ensinar a compreender e a transformar a realidade a partir do domínio da teoria e do método científico. Se o saber fazer poderia ser ensinado e aprendido na prática, o trabalho intelectualizado e a participação na vida social cruzada pelas novas tecnologias demandam formação escolar sólida, ampliada e de qualidade e esta concepção apresenta positividade, bem como negatividade. Tendo como ponto positivo o trabalho como princípio educativo demanda o desenvolvimento da necessidade do trabalho intelectual especializado em decorrência das novas tecnologias de base microeletrônica, mas, por sua vez, aumenta o desemprego, e a degradação e a intensificação de trabalho, o que traz para a escola um novo desafio: “desenvolver consciências críticas capazes de compreender a nova realidade e organizar-se para construir a possibilidade histórica de emancipação humana” (RS/SE, 2011, p. 16). Neste caso a politécnica deve ser compreendida como domínio intelectual da técnica.

A base do homem é, portanto, o trabalho, conclui Saviani, algo que não é dado, como dádiva natural, mas algo que é produzido pelo próprio homem e, sendo assim, significa que o homem não nasce com o princípio de homem e sim ele forma-se homem. Aqui encontramos o papel da educação, responsável por enquadrar o homem, e situa-se sua origem, junto da origem do homem (como espécie). Como, ao longo de nossa história, a educação (responsável por formar o homem) se relacionou com o trabalho? Primitivamente, explica Saviani que tanto a educação quanto o trabalho mantinham uma relação de identidade, faziam parte da mesma metodologia: no

processo em que determinavam sua existência, atuando sobre a natureza e relacionando-se uns com os outros, os homens se formavam e se educavam sendo assim aperfeiçoavam as futuras novas gerações.

Na versão geral, o Ensino Médio Politécnico, embora não profissionalize, deve estar aprofundado no mundo do trabalho e das relações sociais, de modo a promover desenvolvimento de educação com princípio de formação científico-tecnológica e sócio-histórica a partir dos resultados significativos derivados da cultura, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade. Do ponto do panorama da organização curricular, a politecnia supõe novas formas de triagem e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento; supõe (...) o protagonismo do aluno sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica; supõe a primazia do significado social do conhecimento sobre os critérios formais inerentes à lógica disciplinar. A construção desse currículo integrado supõe a quebra de paradigmas e só poderá ocorrer pelo trabalho coletivo que integre os diferentes atores que atuam nas escolas (...). (RS/SE, 2011, p.17,).

Em consequência destas características, o documento do Estado do RS enfatiza a importância do currículo ser concebido de modo a resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e aprendizagem, um espaço que aponte o norte para o mundo real, concreto, a ser entendido pelos estudantes. Nesta perspectiva a organização curricular deverá considerar a relação “parte-totalidade”; a valorização de saberes “reconhecendo que o saber popular se constitui no ponto de partida para a produção do conhecimento científico”; a “relação entre teoria e prática”; a “interdisciplinaridade” com o propósito de superar a fragmentação do conhecimento; a “avaliação emancipatória” (RS/SE, 2011, p. 20), um importante eixo desta proposta de modo a reafirmar a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais. Finalmente a proposta curricular deve enfatizar “a pesquisa” por ser o “processo que, integrado ao cotidiano da escola, garante a apropriação adequada da realidade, assim como projeta possibilidades de intervenção” (RS/SE, 2011, p. 24).

Para o desenvolvimento desta proposta os professores deverão, coletivamente, assumir a coordenação dos trabalhos, para o que se faz necessário estudo constante dos fundamentos da proposta, avaliação permanente das condições da escola e dos alunos de modo a organizar a elaboração de projetos nos quais se realizam os seminários integrados.

Este é o grande desafio da escola: integrar os professores na proposta como responsáveis pela colocação em prática de uma proposta inovadora que tem no trabalho o princípio educativo, o que coloca em debate sobre as finalidades do ensino médio ou, ainda, sobre o que lhe atribui sentido: sujeitos e conhecimentos, construindo um ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana e suas necessidades de formação de dirigentes e trabalhadores que caracterizam as formas de organização e gestão da vida social e produtiva em cada época. Esta concepção se apresenta com duas possibilidades sendo elas dadas como positiva bem como negativa. Como positivo o trabalho como princípio educativo demanda o desenvolvimento da necessidade do trabalho intelectual em decorrência das novas tecnologias de base microeletrônica, mas, por sua vez, amplia o desemprego, a precarização e a intensificação de trabalho, o que traz para a escola um novo desafio: “desenvolver consciências críticas capazes de compreender a nova realidade e organizar-se para construir a possibilidade histórica de emancipação humana”(RS/SE, 2010, p. 16). Neste caso a politécnica deve ser compreendida como domínio intelectual da técnica. “interdisciplinaridade” com o propósito de superar a fragmentação do conhecimento; a “avaliação emancipatória” (RS/SE, 2011, p. 20), um importante eixo desta proposta de modo a reafirmar a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais.

Finalmente a proposta curricular deve enfatizar “a pesquisa” por ser o “processo que, integrado ao cotidiano da escola, garante a apropriação adequada da realidade, assim como projeta possibilidades de intervenção” (RS/SE, 2011, p. 24).

Para o desenvolvimento desta proposta os professores deverão, coletivamente, assumir a coordenação dos trabalhos, para o que se faz necessário estudo constante dos fundamentos da proposta, avaliação permanente das condições da escola e dos alunos de modo a organizar a elaboração de projetos nos quais se realizam os seminários integrados.

Este é o grande desafio da escola: integrar os professores na proposta como responsáveis pela implementação de uma proposta inovadora que tem no trabalho o princípio educativo, o que coloca a discussão sobre as finalidades do ensino médio ou, ainda, sobre o que lhe confere sentido: sujeitos e conhecimentos, construindo um ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana.

Parte-se do pressuposto de que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro, pois todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho. (...) A separação dessas funções é um produto histórico-social e não é absoluta, mas relativa. (SAVIANI, 2003, p.138). Entendendo o trabalho nesse sentido mais amplo explicitado anteriormente, ou seja, entendendo o trabalho como a produção da própria existência humana; como possibilidade de transformação da realidade natural e social; como dimensão fundamental da vida humana; como cultura, como atividade reflexiva; como fundamento do processo de elaboração do conhecimento (MACHADO, 1991, p.53) — Machado argumenta que é oportuna a discussão da *politecnicia* no ensino médio.

A finalidade do ensino médio politécnico é, conforme Machado (1991), a compreensão teórica-prática das bases das ciências contemporâneas (ciências da natureza, ciências humanas e sociais), mas também a aquisição de capacidades para o jovem orientar-se no sistema da produção social, para decidir como irá se inserir neste contexto. Isso exige uma estrutura unitária do ensino médio, explica Machado, que supere a dicotomia entre ensino propedêutico e profissional, para não reproduzir no ensino a divisão de trabalho que ocorre no seio dos processos produtivos, entre concepção e execução (MACHADO, 1991, p.62).

Para Saviani, a noção de politecnicia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnicia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos. (SAVIANI, 1989, p.17)

Paolo Nosella, por seu turno, discorda dos educadores que pretendem, na atualidade, defender a politecnicia, na medida em que se trata de posição teórica "historicamente ultrapassada". No texto "Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica" (2007), esse autor fundamenta sua crítica utilizando-se de razões de natureza semântica, histórica e política.

No que se refere às razões de natureza semântica, Nosella afirma que os defensores da formação politécnica "conferem ao termo "politecnicia" um conceito que transcende o sentido atribuído a essa palavra pelos dicionários, pela etimologia do termo, pelo senso comum letrado, pela história das instituições escolares" (NOSELLA, 2007, p.141)

Apoiando-se em Manacorda, estudioso dos textos de Marx e de Gramsci, Nosella nos apresenta as razões de natureza histórica que fundamentam sua crítica ao uso do termo politecnia. Analisando enfaticamente os escritos de Manacorda, Nosella conclui que entre os termos "tecnologia/tecnológico" e "politecnia/politécnico", apresentados por Marx, o segundo foi o adotado no contexto de experiência do socialismo real, mas o primeiro é o defendido por Manacorda, não por mera preferência, mas embasado em estudo de caráter filológico realizado sobre os escritos de Marx.

Condições de implementação da proposta de Ensino Politécnico:

Ponderando as necessidades de uma formação integral, a educação de crianças, jovens e adultos não pode se ater apenas a propostas de melhores condições de adaptação ao meio. Ao contrário, ela deve possibilitar a compreensão da realidade social em sua totalidade tomando posse dela de modo que acabamos a transformá-la. Este é um pacto político com uma escola viva, ativa e criadora e, não meramente reprodutora de acrítica sobre conhecimentos sistematizados e enquadrados ideologicamente.

O ponto primordial de abertura para este modelo de escola, de um ponto de vista da perspectiva gramsciana, tem no senso comum a sua origem com o objetivo de superá-lo. Contudo se o conhecimento não supera o senso comum, não é conhecimento. São apenas conhecimentos da realidade instantânea sem ser aprofundada através da aprendizagem para a autonomia, mas que não a interpretam, mantendo os estudantes subordinados aos desígnios do instaneísmo.

Conforme Saviani (2003) o currículo escolar, desde o início da escolaridade, deve guiar-se pelo princípio do trabalho (informalmente) como o processo através do qual o homem transforma a natureza. No ensino fundamental o trabalho aparece de forma implícita, pois surge a exigência de explicitar os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho. O ensino médio, etapa final da Educação Básica, deverá aprofundar a questão devendo ter uma organização curricular em que o trabalho apareça de forma explícita.

Nessa etapa, o autor manifesta, relatando que o trabalho deverá se constituir, não apenas como uma condição, ao definir a configuração da sociedade, mas deverá padronizar, por consequência, também o modo como a escola se organiza. Deverá esclarecer e explicar o modo como o trabalho se desenvolve e está organizado na sociedade moderna, provocando em uma organização curricular voltada para a politecnia.

Compreendo que o discernimento de politecnia tem como objetivo alcançar a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre o saber e o fazer, entre a ciência e a técnica “a partir do desenvolvimento atingido pela humanidade no nível da sociedade moderna, da sociedade capitalista, já detectando a tendência do desenvolvimento para outro tipo de sociedade que corrija as distorções atuais” (SAVIANI, 2003, p. 9), buscamos, no presente trabalho, verificar as condições em que a politecnia, na perspectiva apresentada, possa ser incrementada nas escolas a partir de sua organização sendo esta a organização das relações dos sujeitos integrantes da comunidade escolar e do envolvimento das relações de trabalho das equipes diretivas e dos professores. Neste processo se o professor ou diretor se coloca em uma posição de sujeição, o que vai contra e acaba por descaracteriza qualquer possibilidade de construção de uma escola democrática, sinalizando para a inviabilidade de que ocorram mudanças necessárias na organização administrativo-pedagógica desta escola ficando as políticas educacionais sem aparecimento frente aos interesses individuais que lá são priorizados.

Apartir do momento que observarmos que os alunos, assim como a comunidade escolar, são segregados de qualquer participação nos variados serviços da escola que poderiam caracterizar uma gestão democrática, o que é percebido não só pelos professores como situação desfavorável a um trabalho interdisciplinar na escola.

Dando como possibilidade de se conseguir ter uma escola que possua a característica a possibilidade de construir e colocar em pratica uma proposta pedagógica diferenciada com sendo seu trabalho realizado a partir da realidade do aluno. Tendo as condições físicas para que tanto o professor quanto o aluno e outros agentes da sociedade possam sim ver uma educação interdisciplinar sendo assim a educação vai abranger a relação com profissionais de outras áreas sendo este um trabalho distinto da cultura escolar existente. Sendo este trabalho efetivo o intercambio da escola com instituições sociais da comunidade Estes tipos de experiências permitirão maior clareza aos professores e funcionários desta escola quanto à necessidade de se desenvolver um trabalho diferenciado e, para tanto, que igualmente haja uma formação para isso.

Sendo assim, a prática pedagógica, em geral, ainda está embasada na transmissão dos conhecimentos historicamente englobados, indicando que, mesmo reconhecendo a possibilidade e a seriedade e a necessidade de trabalhos que evitem à rotina da reprodução de conhecimentos, a estrutura organizacional divisionista da escola e a falta de uma análise mais profunda sobre as causas deste modelo de organização,

impedem a mudança no sentido de fazer da escola como lugar de formação de pessoas autônomas no modo de pensar de modo a compreender o mundo e dele participar de forma crítica e ativa.

O entendimento dos professores de que é possível a superação dos obstáculos que surgem no convívio da escola. Por isso teremos que ter uma formação continuada dos professores, na escola, precisa ser mais ativa pelo coletivo de professores. Se existir a participação de todos em estudos que contemplem as necessidades da escola e as novas propostas, creio eu que haverá melhores condições para a mudança, superando as próprias dificuldades. Em minha opinião e também de vários outros sujeitos da educação, a formação continuada não deve apenas se regularizar em uma formação para a ciência, mas uma formação política que permita contemplar o contexto social, uma formação que implique em aprimorar questões de cunho administrativo-pedagógicas da escola atrelada à discussões mais amplas que excedam os muros da instituição.

Buscar opções inovadoras que valorizem a formação do sujeito para participar autonomamente do mundo em que vive, é possível, desde que haja um envolvimento coletivo e estudo permanente, tendo o trabalho como princípio educativo. Nesta ótica, deve-se ter claro que “o trabalho pode ser assumido como princípio educativo na perspectiva do capital ou do trabalhador. Do ponto de vista do capital, a dimensão ontológica do trabalho é subsumida à dimensão produtiva, pois, nas relações capitalistas, o sujeito é o capital e o homem é o objeto” (RAMOS, 2008, p.5).

Considerações finais

Sendo do instante do existente agora que se inicia a mudança. sendo este agora tempos de grandes modificações no mundo do trabalho, do que não pode escapar a escola, tendo parte de sua responsabilidade em seu papel social. Para tanto, é fundamental superar a divisão do trabalho, a unificação de poder e envolver a comunidade escolar como um todo em estudos que venham a favorecer uma educação politécnica, na abordagem marxista, o conceito de politecnicia implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo sendo assim considerando a politecnicia como base formadora necessária para proporcionar a superação da unilateralidade na formação do trabalhador, colocando os homens como sujeitos de sua própria escolha.

Bibliografia:

BRAGA, Etiane Fagundes. Comprometimento político dos professores: resgate e busca nas tramas das práticas escolares. **Dissertação de Mestrado**. UFSM, 2012

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. MEC/CNE/CEB. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados, acessado em 05 de fevereiro de 2012.

_____. MEC/INEP. **Resultados IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013798.pdf> Acesso e janeiro de 2012.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-104. 16

RAMOS, Marise. **Concepção de Ensino Médio integrado à educação profissional**. Palestra realizada no Encontro de PROEJA no Pará em 2008. Disponível em http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2012
RIO GRANDE DO SUL/ SE – Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio - 2011-2014. Novembro de 2011.

SAVIANI. Dermeval. O choque teórico da politécnica. Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ.

Revista Trabalho, Educação e Saúde, 2003, v.1(1), p. :131-152 SILVA, Adnilson José da. **Politécnica versus alienação**: contribuições conceituais para o estudo sobre a ofensiva capitalista na educação. Anais da VIII Jornada HISTEDBR, jul/2008. Campinas, SP: FE/UNICAMP, Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.